

ATA DA SEXAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 08-7-2024.

Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Everton Gimenez, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Aírto Ferronato, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Conselheiro Marcelo, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 288/22 (Processo nº 0562/22), de autoria de Atena Beauvoir Roveda; o Projeto de Lei do Legislativo nº 611/23 (Processo nº 1039/23), de autoria de Psicóloga Tanise Sabino; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 230, 231, 232 e 233/24 (Processo nºs 0475, 0476, 0477 e 0478/24, respectivamente), de autoria de Claudio Janta; o Projeto de Lei do Legislativo nº 234/24 (Processo nº 0479/24), de autoria de José Freitas; e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 235, 236 e 237/24 (Processo nºs 0480, 0481 e 0482/24, respectivamente), de autoria de Cláudia Araújo. Também, foi apregoado o Ofício nº 1927/24, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 023/24 (Processo nº 0493/24). Foi apregoada Justificativa de Falta de Comandante Nádia, nos dias de oito a onze de julho do corrente ano, devido a sua participação em Reunião com o Deputado Zucco, para tratar de recursos que serão destinados ao Estado do RS e ao município de Porto Alegre, em Brasília – DF (Processo SEI nº 025.00041/2024-67). Foi apregoada a Justificativa de Falta de Fernanda Barth, nos dias de oito a onze de julho do corrente ano, devido a sua participação em Reunião com Deputado Federal Ubiratan Sanderson, com o objetivo de tratar sobre os recursos que serão encaminhados para o RS, em Brasília – DF (Processo SEI nº 212.00026/2024-93). A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Pedro Ruas, Claudio Janta, Mari Pimentel, Hamilton Sossmeier, Biga Pereira, Jonas Reis e Lourdes Sprenger. Na oportunidade, foi aprovado Requerimento verbal de Giovanni Culau e Coletivo, solicitando o adiamento do período de Grande Expediente. Às quinze horas e oito minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Por solicitação de Idenir Cecchim, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Xicão Tofani. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 244/23 (Processo nº 0445/23), após ser discutido por Giovanni Culau e Coletivo e Cláudia Araújo. Biga Pereira solicitou que o minuto de silêncio anteriormente

referido fosse também em homenagem a Marina Mamede. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 244/23. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 244/23. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 084/23 (Processo nº 0180/23), após ser encaminhado à votação por Aldacir Oliboni. Foi aprovado Requerimento de Gilson Padeiro, solicitando o adiamento da discussão de matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão. Foram apregoados os seguintes Ofícios, do Prefeito: nºs 1937 e 1949/24, encaminhando VETO PARCIAL ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 006/24 (Processo nº 0364/24); e encaminhando o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 012/24 (Processo nº 0496/24), respectivamente. Foi apregoado Requerimento firmado por Lourdes Sprenger, solicitando Licença para Tratamento de Saúde nos dias trinta de junho e primeiro de julho do corrente ano. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 032/23 (Processo nº 0069/23). Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 032/23. Foi aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 032/23. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 032/23. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Biga Pereira, solicitando a retirada da priorização de matéria constante na Ordem do Dia da presente sessão. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 614/23 (Processo nº 1043/23). Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 614/23. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 614/23. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 144/23 (Processo nº 0294/23), após ser discutido por Jonas Reis e Idenir Cecchim. Às quinze horas e quarenta e três minutos, foi encerrada a Ordem do Dia, em virtude da inexistência de quórum deliberativo constatada durante a votação da Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 144/23, declarada nula, tendo votado Sim Airto Ferronato, Biga Pereira, Claudio Janta, Everton Gimenis, Giovani Culau e Coletivo, Jessé Sangalli, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Mari Pimentel e Prof. Alex Fraga, e votado Não Cláudia Araújo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim e Psicóloga Tanise Sabino. Ainda, Idenir Cecchim formulou Requerimento verbal, solicitando o adiamento da discussão de matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se José Freitas, este em tempo cedido por Comandante Nádia, e Alvoni Medina. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 225/24; e, em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 256/21 e 610/23. Às quinze horas e cinquenta e seis minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Mauro Pinheiro, Mari Pimentel e Adeli Sell. Do que foi lavrada a presente ata que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo 1º secretário.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Boa tarde, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo as proposições encaminhadas à Mesa que estão registradas no documento em anexo, o qual foi distribuído às Sras. Vereadoras e aos Srs. Vereadores por meio digital, nos grupos de comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas integrados pelos parlamentares e por suas respectivas assessorias.

Apregoo justificativa de falta da Ver.^a Comandante Nádia, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, que comunica a sua participação em reunião com o deputado Zucco, em Brasília, do dia 8 a 11 de julho de 2024.

Apregoo justificativa de falta da Ver.^a Fernanda Barth, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, que comunica a sua participação em reunião com o deputado federal Ubiratan Sanderson, em Brasília, do dia 8 a 11 de julho de 2024.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Mauro Pinheiro, Vereadoras e Vereadores, público que nos dá a honra da presença física e pela TVCâmara, nós tivemos nos últimos dias, pela imprensa, basicamente através de um trabalho do Grupo de Investigação, GDI, do jornal Zero Hora, a confirmação de alguns dados que são estarrecedores. Eu falava agora há pouco com a Ver.^a Mari Pimentel, Ver. Cláudio Conceição e com o Ver. Cassiá que esses dados que agora nos traz a imprensa mostram o descalabro que ocorreu na educação – não é em toda educação –, em setores da educação, mas setores muito importantes e setores que lidam com aquilo que é mais sagrado que é o dinheiro público, o dinheiro que é de todas e de todos, o dinheiro da sociedade. Houve aí, sim, desmandos comprovados. Há ligações até de caráter mafioso nesse sentido, e para todos nós isso é, obviamente, uma decepção muito grande. Uma área como a educação ou uma área como a saúde ou uma área como a assistência social são áreas que não se admite, em hipótese alguma, não que em outra seja permitido, mas a corrupção em áreas como essas, tão vinculadas à questão humanitária, tão necessárias e num Estado ultrafragilizado, Presidente Mari Pimentel, em exercício, ultrafragilizado pela tragédia climática que tivemos. Se nós olharmos aqueles números, Ver. Alex Fraga, números assustadores, Ver. Adeli Sell, números assustadores, quase R\$ 60 milhões, cinquenta e oito milhões, duzentos e não sei o quê, isso é estarrecedor. São números que não existem no cotidiano de uma cidade como a capital do Estado, como Porto Alegre, e que não podem, em hipótese alguma, mas em hipótese alguma, ter malversação, ou seja, são números envolvidos nessa teia de corrupção que envolveu uma parte da Secretaria de Educação. Eu sempre tenho essa cautela de dizer “uma parte”, porque eu conheço pessoas da educação que não se envolveriam e não se envolveram nisso, mas há muita gente que se envolveu. Aí surgem automóveis, como Ferrari, aí surgem absurdos, imóveis comprados com dinheiro de corrupção, aí surge de tudo. Mas como, como não se viu isso antes, como não se observou isso? Os sinais externos existiam, os sinais do chamado

enriquecimento ilícito, os sinais da riqueza sem causa existiam, mas o governo municipal não tomou conhecimento do tema, não aprofundou qualquer investigação, sequer investigou antes das denúncias. Depois, houve, mas antes, nada. Mesmo que tenha havido depois, não descobriu tudo o que tem aparecido na imprensa. Claro que teremos o MP agora, uma série de desdobramentos de caráter policial ainda, no inquérito, depois, no Ministério Público e, depois, no Judiciário, mas é muito grave, foi muito dinheiro, foi muita corrupção, foi muito desperdício. Material importante, material didático, sério, para crianças, para adolescentes, perdidos no emaranhado da ganância, da vontade do lucro – já concluo, Presidente –, por cima do interesse público. Então fica não só uma crítica, claro que tem uma crítica pesada nesse sentido, mas fica uma profunda decepção, uma profunda amargura até, de ver que pessoas com anos e anos e anos de experiência na política e que não tinham até então, Ver.^a Mari Pimentel, denúncias graves nesse sentido. Pessoas envolvidas nessa lama, nesse mar de corrupção da secretaria de Educação, que é, para todos os efeitos a representação nessa área, da própria Prefeitura Municipal. Muito obrigado.

(A Ver.^a Mari Pimentel assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SOLIDARIEDADE): Sra. Presidente, colegas vereadores, público que nos assiste através da TVCâmara; hoje é o Dia Mundial da Alergia, dia mundial das pessoas que sofrem com alergia. E hoje nós temos uma gama principalmente de crianças alérgicas à proteína do leite, não é nem à lactose, é à proteína do leite, alérgicas a amidos, alérgicas à soja, ao glúten, à frutose. Nesta Casa, nós encaminhamos um projeto que permite que as escolas sejam inclusivas, permite que as escolas, ao fornecerem a merenda das crianças, levem em consideração principalmente as alergias alimentares que levam essas crianças a terem restrições. Só quem convive no seu dia a dia com alergia, só quem tem um filho alérgico sabe a dor que um pai e uma mãe têm quando seu filho vê um primo, um coleguinha, numa praça, numa beira de praia, comendo lá um sorvete, por exemplo, e essa criança, por ser alérgica, não pode comer esse sorvete. Vê um colega novamente, num local desses, comendo uma fruta, algo simples, comendo um biscoito, todas as coisas que as crianças fazem. Inclusive, a restrição é tão grande aos alérgicos que muitas crianças sequer podem comer balas, em função das alergias. Então é importante, nesse dia de conscientização, de luta, alertar a população a respeito desse tema, que é de extrema importância. Muitas vezes, vemos um pai, uma mãe chegar numa praça, num clube, numa beira de praia com um *cooler* cheio de alimentos. Vemos, muitas vezes, um pai, uma mãe chegar num restaurante e tirar o alimento do seu filho de dentro de uma bolsa, ou um pai, uma mãe chegar num local de entretenimento, num parque, até num hotel, e levar suas próprias panelas, seus próprios utensílios – essa é a realidade de quem tem um filho com alergia. Então é importante,

cada vez mais, essa conscientização, esse respeito e principalmente a integração dessas crianças ao ambiente; a integração dessas crianças dentro da escola, dentro da escola infantil, dentro de clubes, praças, na sociedade. É importante uma criança com alergia ter o seu aniversário inclusivo, onde teremos lá a pizza feita com a farinha de arroz, onde teremos o queijo de tofu, o queijo de castanha na pizza, onde teremos o branquinho e o negrinho com leite de amêndoa, uma série de coisas que hoje em dia faz ser possível a criança, pelo menos, ver aquele doce, aquele salgadinho com as formas que já se têm de fazer esses alimentos. Agora é imprescindível essa criança ser incluída na escola. É imprescindível essa criança, na hora do almoço, na hora da janta ou na hora do lanche, na escola, estar inclusa, junto com os seus pares. Por isso nós fizemos algumas leis nesta Casa que são importantes para que essas crianças, de fato, tenham inclusão. Inclusão é o que um pai e uma mãe buscam quando não conseguem participar de festa com seus filhos, quando não conseguem ir num aniversário, quando, muitas vezes, essa criança tem que ficar dois, três ou quatro anos até sem frequentar uma escola, porque as escolas não estão preparadas e muito menos adaptadas para receber essas crianças. Essa é a realidade de pais e mães, avôs e avós, tios e tias que têm crianças alérgicas na sua família, e nós buscamos exclusivamente a inclusão dos nossos filhos. Muito obrigado.

PRESIDENTE MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Eu gostaria de solicitar ao Ver. Adeli Sell que assuma a presidência para que eu possa me manifestar em Comunicação de Líder.

(O Ver. Adeli Sell assume a presidência.)

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Obrigada, Presidente; obrigada, colegas vereadores. Eu gostaria de solicitar a atenção e solicitar também ao diretor legislativo, quando eu lhe pedir, para apresentar ali o áudio. Bom, eu acho que se puder aguardar, é só o tempo...

(Procede-se à apresentação.)

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Obrigada, diretor. Hoje, o prefeito silencia sobre a operação que tivemos na sexta-feira, na qual busca e apreensão aconteceram em 36 localidades aqui no Município de Porto Alegre, em outros locais do interior e em outros estados. É grande a operação, Ver. Pedro Ruas, mais de 120 policiais envolvidos; é grande o valor dos cofres públicos que saiu para as compras irregulares da Secretaria Municipal de Educação. Mas esse silêncio do prefeito nem sempre foi assim, secretário Schirmer e Ver. Idenir Cecchim; durante muito tempo, ele foi abafado com ataques. Ataques que eu sofria diariamente aqui nesta Câmara de

Vereadores. Ataques que eram feitos e, muitas vezes, induziam vocês, vereadores, a proteger o prefeito e a aderir a essa narrativa. Tanto é que alguns vereadores, Claudio Janta, estiveram lá com a secretária, abraçada a ela e ao buquê de flores. Vereadores que não estão presentes hoje na sessão; vereadores da base que esvaziaram a sessão de hoje, porque juntaram sua credibilidade e sua imagem a uma narrativa que veio do prefeito, acreditando que ele estaria falando a verdade e lidando com a transparência que deveria ser dada a um líder, um líder público, mas não é assim. Parece que a narrativa começou a mudar.

Mas eu vou reforçar para vocês como tudo começou. Diretor, se puderes apresentar o PDF. Enquanto o diretor vai buscando as imagens... Como tudo começou? Começou com a fatídica foto que estava nas redes sociais do Jajá, mas não estava nas redes oficiais da Prefeitura de Porto Alegre. Na fatídica foto, tínhamos o prefeito Sebastião Melo, tínhamos o procurador-geral do Município, que teve o celular apreendido, vereadores. Isso é grave! O diretor que cuida de toda a parte legal do município, o PGM geral teve o celular apreendido. Tínhamos lá o Ver. Pablo Melo, filho do prefeito; tínhamos lá o Ver. Alexandre Bobadra, e tínhamos lá o lobista que pagou a propina para a secretária de Educação, não essa da foto, a secretária que permitiu que tudo acontecesse, a secretária que aderiu e recebeu dinheiro para fazer que tudo acontecesse; e está aqui também o empresário Sérgio Bento, que veio aqui também nessa CPI. Para dar continuidade, diretor, se puderes passar o próximo *slide*. Para dar continuidade, eu gostaria de reforçar como tudo aconteceu. Tudo começa com um decreto do prefeito dando, então, liberdade para a secretária fazer as compras diretamente, sem passar, como todas outras secretarias fazem, pela Secretaria de Administração. Quem escreveu esse decreto foi o prefeito, quem assinou foi ele. A única secretária, até hoje nos quatro anos de gestão, que teve essa liberdade: secretária Sônia, que foi presa. Por último, diretor, se puderes passar para baixo. Por último, nós temos que todas as compras hoje investigadas pela Polícia têm um selo emergencial criado pelo prefeito, esse selo nunca existiu em nenhuma outra gestão, porque ele é acima do selo prioritário. Foi feito um selo no qual o prefeito carimba dando liberdade para passar mais rápido as compras que têm envolvimento dos empresários, do lobista e da secretária, todos investigados pelo envolvimento de propina. Agora, eu acredito que, por fim, o prefeito deveria pedir desculpas a cada vereador que esteve aqui, da base, que levantou para defendê-lo, que juntou sua imagem, sua credibilidade e está aí mudando a narrativa, mas vocês continuam com a conta. Porque nós sabemos que novas etapas virão, e eu espero que as flores que já estão agora murchas continuem longe de qualquer secretário novo nesta Prefeitura de Porto Alegre. Obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Nós que agradecemos. Quero chamar a atenção sempre para os 5 minutos. Mais inscritos em liderança? É possível também o uso, neste momento, do Grande Expediente, no qual estão inscritos Giovane Byl e Giovani Culau.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Vereador, questão de ordem?

Vereador Giovani Culau e Coletivo (PCdoB) (Requerimento): Em diálogo com o Ver. Giovane Byl, que, inclusive, ainda não se encontra no plenário, gostaria de fazer um requerimento solicitando a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Eu só quero chamar atenção que toda vez que os vereadores pedem adiamento, estão, na verdade, prejudicando quem vem em seguida. Então, só quero chamar atenção disso.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Eu votei a favor e votaria em condições normais, tanto que o Ver. Gimenis, que é um grande vereador e ainda não conhece esse sistema exato, e V. Exa. colocou muito bem: em cada adiamento, nós temos, às vezes, a perda de meio ano, eu já observei, no meu caso – meio ano. Votei a favor, votaria novamente, mas quero dizer que V. Exa. fez a grande observação. Nós temos que ter uma limitação desse adiamento de Grande Expediente. Em até dois adiamentos ou três, talvez para um projeto de lei, na Casa, perca e passe adiante. Muito obrigado.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Aceitando a sua questão de ordem, levarei esse tema à Mesa Diretora nesta semana, porque eu, sistematicamente, alerto os vereadores de que solicitar um adiamento prejudica os vereadores que falarão em seguida.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Concordo plenamente com essa questão. Eu só queria justificar que eu e o Ver. Hamilton suspendemos, porque havia necessidade de se fazer uma votação mais urgente, e transferimos para data posterior, só por causa disso. Não foi por não querer falar.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Perfeitamente, está entendido. O Ver. Hamilton Sossmeier está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR HAMILTON SOSSMEIER (PODE): Quero saudar o Presidente em exercício neste momento, Ver. Adeli Sell; colegas vereadores; todos aqueles que nos assistem pela TVCâmara, falo em liderança do Podemos e agradeço ao colega, Ver. Giovane Byl, esse momento especial. Após 83 anos, a cidade de Porto Alegre voltou a registrar uma grande enchente, como vimos em 1941, quando a capital gaúcha enfrentou um alagamento histórico e deixou cerca de 70 mil pessoas desabrigadas. A enchente deste ano superou todas as marcas antes vistas, causando estragos, mortes e deixando centenas de pessoas desabrigadas e totalmente dependentes de ações dos

poderes públicos e da solidariedade de milhões de brasileiros e de outros estados. Nesse contexto, as deficiências do sistema como um todo vieram à lume, deixando clara a necessidade de pensarmos medidas para que tragédias como esta, que estamos vivendo em Porto Alegre, não se repitam, ou pelo menos que possamos mitigar o impacto a partir da existência de uma estrutura de combate organizada. Fato notório durante esse período de calamidade proveniente da enchente que assolou Porto Alegre foi a contribuição das igrejas evangélicas no acolhimento de pessoas abrigadas, não só no Município de Porto Alegre, mas também advindas de cidades da Região Metropolitana. O trabalho das igrejas foi além do acolhimento de pessoas, passando por uma ampla rede de coleta de doações, preparação e distribuição de alimentos e, claro, o amparo emocional e espiritual necessário para esse momento. Diante da iniciativa e pronta resposta das instituições evangélicas ao enfrentamento a situações de calamidade, como vivida no momento, foi identificada uma oportunidade de prestação de socorro às comunidades e famílias atingidas em Porto Alegre, em razão pela qual, por meio do PLL, criei o movimento AME – Articulação e Movimentação Evangélica, visando com base na atual experiência, estruturar a relação entre poder público e sociedade civil para a prévia existência de ações de enfrentamento e de ajuda humanitária antes, durante e após a ocorrência desses desastres. Conto com o costumeiro apoio dos colegas para a aprovação desse projeto após o trâmite regimental.

Por fim, também compartilho a instituição da frente parlamentar de atenção aos impacto das mudanças climáticas, destinada à criação do espaço de diálogos, debates, proposições e deliberações acerca da reconstrução da nossa cidade a auxílio às populações e comunidades atingidas pelos últimos acontecimentos. Os colegas que desejarem aderir serão bem-vindos, o bloco de assinatura para participar da frente é 9425. Desejo uma boa tarde a todos e bom trabalho.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Obrigado, Ver. Hamilton. A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Obrigada, Ver. Adeli, presidindo esta Casa, caros colegas, vereadoras, vereadores, público que nos assiste, inclusive pela TVCâmara, subo nesta tribuna, com muita tristeza de ver como a nossa cidade se encontra. São muito tristes as notícias do final de semana, o assunto da imprensa, o assunto da cidade. Quando foi deflagrado esse debate que veio a público sobre as compras na SMED, a possível formação de cartel, a relação do poder público com a iniciativa privada, nós, nesta Casa, propomos a instalação de uma CPI. No mesmo instante a base do governo se organizou e criou uma outra CPI, tudo na intenção de que, de verdade, a gente não conseguisse investigar. E durante todo o tempo da existência das duas CPIs, de verdade, foi isto que aconteceu; as oitivas dificultadas, as ironias, as agressões que ocorreram aqui neste plenário. No mesmo momento abriu-se uma auditoria interna na Prefeitura, auditoria esta que nenhum de nós, supomos, teve acesso, alguns poucos amigos do prefeito certamente tiveram; nós, todos, não, não tivemos. O relatório

final da CPI é contemplativo, não existiu nada, foi cortina de fumaça – esse foi o relatório que a Casa produziu. E o prefeito, na sua primeira manifestação, diz: “Este problema é no andar de baixo.” Isso fez com que, inclusive, a categoria de professores, professoras, diretoras das escolas se manifestassem. Logo depois, o prefeito refaz a sua frase e diz: “Gente, isso é um problema de logística”. Sim, teve um problema de planejamento – falta dele – e um problema de logística; mas o fato é que tudo foi para abafar, Ver.^a Mari, uma tentativa flagrante de abafar todo esse problema que estava a olhos vistos. E aí, a gente vai vendo pelo Ministério Público, pela Polícia o trabalho que vêm fazendo e comprovando tudo aquilo que a gente aqui denunciou.

Eu quero fazer um *link*, Ver. Adeli Sell, Presidente desta Mesa, com o que nós estamos passando neste momento. Durante a CPI, a SMED emitiu um comunicado para as diretoras das escolas para que nós não fôssemos até as escolas, para que nós não fôssemos recebidos, assim como a própria imprensa. Lembram? E, hoje, gente, com tristeza, eu repito: a gente enxerga a nossa cidade; enquanto para o povo de Porto Alegre sobram entulhos na frente das casas, escolas e postos de saúde fechados, para os amigos do prefeito, aí sim, tem Ferrari desfilando na cidade. Há incapacidade desta gestão Melo de enfrentar os problemas da cidade, seja por corrupção, seja pela falta total de capacidade de dar respostas aos problemas concretos da cidade; e fica nos apresentando intenções. Nenhum projeto foi apresentado à cidade para que, de verdade, desse respostas aos graves problemas que esta cidade enfrenta. Eu digo: continuarei lutando por uma educação que varra esses cartéis, essas corrupções e que dê vaga na creche, que seja uma educação de qualidade; para que, sim, abra concurso para mais professores, para que tenham uma cozinha funcionando, para que a escola não fique fechada. A boa escola, a boa educação é pelo que nós lutamos, e não uma Prefeitura que, nesses quatro anos, já trocou quatro vezes de secretário, e o problema só se avoluma. Muito obrigada, Presidente.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Estão abertas inscrições para as falas de lideranças de partido, caso contrário, entraremos na Ordem do Dia.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, uma sessão com um silêncio ensurdecedor. Parece que nos jornais, noticiário, não sei onde ou de quem era uma Ferrari vermelhinha, mais uma caminhonete, estão informando os colegas aqui, muitos veículos! Veículos milionários, mas quem são os donos? Uma denúncia gravíssima fizemos em agosto de 2022; nós começamos lá, assim, dedo na ferida, porque o PT trabalha dessa forma. Chegou para nós, entregamos na mão do Ministério Público, dedo na ferida. Ninguém dava bola! Eu entreguei um dossiê na mão da Janaina, entreguei um dossiê, o mesmo, na mão da Sônia. Não quiseram fazer as obras nas escolas, e chegou sexta-feira o resultado. Sexta-feira chegou o resultado que parece que o dinheiro que era para as obras nas escolas tinha um destino certo, tinha um endereço. Diz a polícia que estão investigando R\$ 140 milhões, e o Melo não falou nada, aliás, ele falou, ele disse assim: “Eu não compro canetas, eu não compro cadernos”. E eu

completaria a fala dele da sexta-feira: e não faz as obras nas escolas e não paga o que deve aos servidores públicos. Está aí por que não pode pagar o que deve aos trabalhadores da Educação, do SUS, está aí por que não paga o que deve para os trabalhadores do DMAE que ajudaram a desalagar agora a cidade, ajeitando casas de bomba colapsadas com poucos recursos, lá na gerência de manutenção. Agora, Ver.^a Lourdes, nós descobrimos por que não tem dinheiro para a causa animal na cidade, por que tem um bando de animais soltos, abandonados, por que é um esculacho o gabinete da causa animal; porque não tem dinheiro para isso, mas tinham R\$ 140 milhões para as maravilhosas pessoas da Secretaria de Educação – a Sônia foi presa, e o prefeito mandou um áudio dizendo: “Vamos abraçar uma pessoa importante, está saindo. Ela resolveu sair”. Olha só, que curioso, saiu e depois foi para a cadeia. Que destino cruel! Que dureza! Que dificuldade! E vinha aqui, ela vinha aqui na Comissão de Educação, vinha aqui abrir a boca para dizer que era pela escola pública! Mentira deslavada! As assessoras também, e a tal de Lia não sei das quantas – acho que é Lia Wilges – veio aqui na Comissão de Educação em fevereiro! Ela veio na Comissão de Educação e aí ela dizia: “Eu venho aqui representar o gabinete do prefeito Melo pela sustentabilidade, educação ambiental...”, e ela andou pelas escolas aí oferecendo não sei o quê – não sei o que ela ofereceu, mas a gente já entregou no Ministério Público, já entregou lá no Ministério Público. Nós queremos investigar o que são esses *kits* aí ligados à educação ambiental na cidade! E eles não falam nada! Por favor, falem alguma coisa! Voltem para a Câmara de Vereadores e nos digam só uma coisinha, para os membros do governo Melo, nos digam por que a polícia está investigando R\$ 140 milhões, por que o filho do prefeito, o Ver. Pablo Melo, estava numa fotografia junto com o tal de Jajá, que foi preso. Eu queria ver o Ver. Pablo Melo dizendo para nós por que o Jajá foi preso. Diz para nós por que ele foi preso! Diz assim: “Eu, Pablo Melo, estou aqui dizendo por que o Jajá foi preso”. Não sabe por que ele foi preso? Lê no jornal, está escrito no jornal. Se quiser, eu imprimo a matéria do jornal, está escrito por que o Jajá foi preso, por que as duas assessoras foram presas e por que a secretária forte do governo, que o Melo chamou no áudio, ele disse: “Gauchada, vamos lá dar um abraço na Sônia, no paço, que ela está indo embora. E ela foi embora para a cadeia. Nunca tinha visto isso, um prefeito chamar vereadores para dar um abraço numa CC que vai para a cadeia! Isso é uma vergonha! Nunca, na história de Porto Alegre. Nunca, na história de Porto Alegre, 19 mil pessoas sem vaga na educação, gente sendo presa, e os vereadores num silêncio ensurdecador. É Câmara de Porto Alegre? Não parece, está parecendo um velório. Estão tristes? Não fiquem tristes; se for velório, acendam as velas.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Ver. Adeli, na presidência dos trabalhos; vereadoras, vereadores, público que nos assiste, nós, que viemos de três mandatos, acostumados com os discursos, com conteúdo sério, com

conteúdo verdadeiro, chegamos a nos impactar com o discurso raso do Ver. Jonas, rotineiramente, fazendo narrativas, mas não expondo a verdade. Ver. Jonas, se não tem recurso para os animais, é porque o seu governo federal mandou R\$ 180 mil para mais de 15 mil animais que ingressaram em Porto Alegre, vindos de Eldorado, Mathias Velho, Guaíba e vindos das Ilhas de Porto Alegre. Quem não meteu o pé na água, como muitos voluntários que, naquela emergência, nada se tinha pronto, que hospitais improvisados foram feitos no Gasômetro por jovens que amam os animais... A Prefeitura estava presente, a nossa equipe também estava presente, era na Conde de Porto Alegre, era na São Pedro, era na elevada da Dom Pedro II. Tinha mais de 74 abrigos, quando iniciou a crise, tudo improvisado, porque essa era a situação. Agora, eu acho interessante aqueles vereadores de gabinetes que não conhecem a situação e ficam fazendo fotos, vídeos, fazem uma visitinha, fazem a sua avaliação do momento... Avaliação pífia porque quem fala que a Prefeitura não fez, ela fez. Não fez como uma hotelaria, como nós gostaríamos que fosse, porque os animais também merecem. Mas vir dizer que não tem dinheiro? Porto Alegre tem o maior orçamento e não tem secretaria, é um gabinete enxuto. São mais de R\$ 5 milhões no orçamento do Gabinete do Prefeito, mas quem não sabe o que é orçamento não entende, não acha esses números. E também quero dizer que, do nosso gabinete, de emendas impositivas, nós viemos rotineiramente repassando recursos para a Prefeitura, porque nós não temos a causa animal apenas para citar e buscar votos, mas por que nós temos amor a essa causa. Quase 30 anos lutando nisso e não admitimos discurso raso, politiquero num ano eleitoral querendo acabar com a reputação das pessoas, dos gestores. Nós queremos mais, sim, queremos que o governo federal não mande os míseros R\$ 180 mil para atender mais de 15 mil animais. Esse é o recurso que entrou no caixa da Prefeitura. Como vai se fazer abrigo? Como vai se comprar ração? Como vai se fazer teste para doenças ou zoonoses? Como vai se atender os animais doentes que devem sair de abrigos e ir para clínicas veterinárias? Mas quem não sabe disso usa a tribuna para fazer essas narrativas, dizer bobagens, e isso nos irrita bastante. E dizer que Porto Alegre é o único município que tem, na sua programação, cem mil castrações apoiadas, claro, por este Legislativo e que antes da crise, antes dessa crise climática, tinha realizado 70 mil. Temos clínicas conveniadas, não tem nos outros municípios, nós concretizamos em Porto Alegre mais de 11 clínicas. E aqui eu tenho o total dos recursos que eu passei, eu não venho para a tribuna falar, eu passei mais de 13 milhões aqui desde 2020 só para animais e também para outros grupos. Então não dá para admitir esses discursos rasos, mentirosos que vêm para a tribuna fazer política e acabar com a reputação de pessoas, visando atingir o seu objetivo que é buscar voto, Seu Jonas Reis. Obrigada.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Quero anunciar aqui a presença da ex-vereadora, ex-deputada Juliana Brizola. Seja bem-vinda ao plenário desta Câmara Municipal. Obrigado.

(15h08min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do jornalista Xicão Tofani.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Agradecido.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): Só um registro, Ver. Adeli, de me somar ao minuto de silêncio que recentemente fizemos e também pedir que anexe este pedido de silêncio em memória de Marina Mamede, uma jovem de 34 anos; era uma influenciadora, era também do Conselho Municipal de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável de Ouro Preto. Nós rendemos a nossa homenagem à Marina também.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0445/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 244/23, de autoria do Ver. Giovanni Culau e Coletivo, que determina a obrigatoriedade de inclusão, em concursos públicos do Município de Porto Alegre, de conteúdos relacionados aos direitos humanos e ao combate à LGBTfobia, ao racismo, à violência de gênero e a outras formas de discriminação. **(SEI 234.00108/2023-35)**

Parecer Conjunto:

- da CCJ, CEFOR, CUTHAB e CEDECONDH. Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- com Emenda nº 01, da Ver^a Biga Pereira (Líder da Bancada do PCdoB) e do Ver. Giovanni Culau e Coletivo;
- adiada a discussão por uma Sessão em 19-06-24;
- adiada a discussão por uma Sessão em 24-06-24;
- incluído na Ordem do Dia em 11-12-23.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Perfeito, está anotado e acrescentado.

Em discussão o [PLL nº 244/23](#). (Pausa.) O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Ver. Adeli Sell, que preside esta sessão, uma boa tarde a ti, boa tarde aos colegas vereadores presentes aqui no plenário e também àqueles que acompanham a sessão virtualmente; eu me inscrevo em discussão, Ver. Pedro Ruas, para compartilhar com o conjunto dos vereadores e vereadoras, as razões que motivaram a apresentação deste projeto de lei que votaremos. É de conhecimento de todos e todas que o Brasil é um país altamente violento, uma violência que tem como alvo central segmentos historicamente excluídos e segregados da nossa sociedade. O que quero dizer com isso, Ver. Claudio Janta? Neste País, que é violento, nós podemos perceber, pelas estatísticas, que 70% das mortes, dos homicídios se dão na nossa população negra. O nosso País, que não é o mais violento do mundo, é infelizmente o mais violento do mundo, sim, para a população LGBTQIA+. Como sempre nos traz a Ver.^a Biga Pereira, infelizmente este País é um dos países do mundo que mais mata mulheres, e infelizmente o Rio Grande do Sul lidera os nossos *rankings* nacionais. Se por um lado a violência tem como alvo principal segmentos da nossa população, isso se relaciona, de forma direta, Ver. Cassiá, com altas desigualdades e um processo de exclusão no acesso aos serviços públicos exatamente por parte dessas populações que nós dizemos serem marginalizadas – marginalizadas! E é por essa razão, Ver. Cecchim, que o serviço público e as políticas públicas precisam incidir nessa realidade, para garantir uma sociedade mais igual, uma sociedade menos injusta. O serviço público – e a vereadora suplente Cuca está no plenário – precisa ser capaz de ser acolhedor, reconhecer direitos. O serviço público e as políticas públicas não podem permitir constrangimento no acesso aos direitos fundamentais e sociais. Infelizmente, se nós dizemos que essa é a parcela da população, segmentos, como eu citei aqui, que são alvos principais da violência, são excluídos do acesso às políticas públicas, possuem dificuldades no acesso ao serviço público, são esses elementos que motivaram, Ver. Gimenis, que nós apresentássemos esse projeto de lei, que busca orientar, apontar o quê? Que nos concursos públicos do Município haja questões vinculadas ao reconhecimento dos direitos humanos, questões que, por consequência, enfrentem e combatam o conjunto das discriminações que infelizmente marcam a sociedade brasileira de forma estrutural. E eu falava aqui do racismo, do machismo, da LGTBfobia, mas poderia falar também da intolerância religiosa, justamente para que a gente possa ter, sim, como elemento de seleção nos concursos públicos do Município, servidores e servidoras comprometidos com a construção de uma cidade mais justa, mais acolhedora. O projeto que nós apresentamos possuía alguns apontamentos feitos pela Procuradoria, e, em diálogo com o vereador João Bosco Vaz, da bancada do PDT, em diálogo com a vereadora Cláudia Araújo, do PSD, nós produzimos, vereadora, emendas que pudessem sanar os óbices apontados pela Procuradoria e também pela equipe técnica do governo. E isso me permite aqui, a partir do diálogo, fazer um pedido do voto de todos e todas que, aqui neste plenário, se comprometem com uma pauta civilizacional, com uma pauta humanitária. E

é esse o pedido que eu faço ao conjunto das bancadas: que nós possamos contar com o voto integral de todos e todas. Este é um projeto apresentado por mim, que sou da bancada do PCdoB, mas eu entendo que pode ser acolhido por todas as bancadas e todos os vereadores que comungam de valores democráticos, civilizacionais, progressistas. Por isso que eu espero que possamos aprovar, se possível por unanimidade, o projeto na tarde de hoje. Muito obrigado.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação do PLL n° 244/23.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente dos trabalhos, Adeli Sell, só para deixar confirmada a fala do Ver. Giovanni, que nós alinhamos o projeto, ele fez as alterações necessárias, então a gente libera a base para que a base possa votar o que entender melhor, a orientação é por conta de cada vereador.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Em votação a Emenda n° 01 ao PLL n° 244/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a manifestação contrária do Ver. Jessé Sangalli.

Em votação o PLL n° 244/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária do Ver. Jessé Sangalli. Parabéns, Ver. Giovanni Culau.

Vereador Giovanni Culau e Coletivo (PCdoB): Presidente, preciso apenas agradecer o conjunto da Câmara e o diálogo que fomos capazes de fazer para a aprovação. Quero agradecer e reconhecer o papel de cada vereador e vereadora, em particular da Ver.^a Cláudia Araújo.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Vereador, aqui é a Casa do Povo, é a Casa do Parlamento. Aqui se parla, aqui se fala e se discute.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. N° 0180/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N° 084/23, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que estabelece a realização do exame de cariótipo nos recém-nascidos com síndrome de Down no âmbito das maternidades e hospitais públicos ou conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS) no Município. **(SEI 021.00059/2023-81)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Claudio Janta: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. João Bosco Vaz: pela rejeição do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. José Freitas: pela rejeição do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Alvoní Medina: pela aprovação do Projeto;
- da **COSMAM**. Relatora Ver^a Cláudia Araújo: pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 13-03-24.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Em discussão o [PLL nº 084/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente em exercício, Ver. Adeli Sell, colegas vereadores, vereadoras e o público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Apenas para que possam ter conhecimento, o projeto de lei que estamos encaminhando estabelece a realização de exame cariótipo nos recém-nascidos com síndrome de Down no âmbito das maternidades e hospitais públicos de Porto Alegre. Nós já instituímos algumas leis que dialogam com a questão da maternidade, que dialogam com a questão dos recém-nascidos em Porto Alegre, até porque Porto Alegre tem a gestão plena e fica a cargo dos estados e municípios legislar sobre determinadas matérias. Essa também, quando institui a testagem da síndrome de Down, é para que quando a mãe que é atendida no Sistema Único de Saúde possa sair com a carteirinha com todos testes possíveis que a lei dá cobertura. Hoje, ela dá o teste do pezinho, o teste da orelhinha, o teste do olhinho, o teste do coraçãozinho. Foram lei instituídas aqui, muitas delas de minha autoria. E agora, por uma demanda desse segmento, veio uma nova, vamos dizer assim, possibilidade de incluirmos, que quando a mãe ganha o bebê, lá no parto, possa também ter essa testagem; porque a maior parte da comunidade científica ou médica recomenda que essa testagem deva ser feita até o sexto mês de vida. Portanto, a [Lei Federal nº 7.853](#), de 1989, preconiza o direito para as pessoas com deficiências, coisa que nem todos têm. E nós percebemos que a síndrome de Down é mais uma das preocupações de todos para que ela seja incluída no Sistema Único de Saúde. Eu queria trazer aqui alguns dados importantes, porque no Brasil são mais de 300 mil pessoas que têm a síndrome de Down. Vejam só, no ano de 2020 a 2021, pela estatística feita pelo IBGE, somente de 2020 a 2021 quase 2 mil crianças nasceram com síndrome de Down. Então, é importante dizer o que isso, não é? A síndrome de Down consiste em anomalia genética na composição do DNA. Enquanto a maioria da população tem 46 cromossomos divididos em 23 pares – metade oriunda da sua mãe e metade da oriunda do seu pai –, a pessoa com síndrome de Down possui o 21º par com 3 cromossomos, o que é chamado de trissomia 21. Devido a esse fato, muitas crianças não chegam a nascer por complicações ocasionadas pela ação dos genes excessivos; as que completam a gestação

e nascem vivas, além das características físicas diferenciadas, podem apresentar cardiopatias, má-formação renal, perda relativa da visão, audição, infecções de ouvido, menor tônus muscular, baixa estatura e assim por diante de uma série de anomalias. É nesse sentido que nós queremos evitar isso, porque grande parte desses exames, uma vez feita a prevenção, tem controle ou cura.

Nesse sentido, eu queria fazer um apelo aos senhores e às senhoras para que a gente possa possibilitar ao alcance das maternidades, pelo Sistema Único de Saúde, o direito da testagem. Isso acaba não só tranquilizando, como também dando um direito que preconiza a Lei nº 7.583. Por isso, peço o apoio fundamental aos colegas vereadores e tenho certeza de que hoje nós daremos esse passo tão importante na nossa querida Porto Alegre. Muito obrigado,

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Em votação o PLL nº 084/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária do Ver. Jessé Sangalli.

Vereador Gilson Padeiro (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 404/23 por duas sessões.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Gilson Padeiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos o Ofício nº 1.937/24, de autoria do Sr. Prefeito Municipal de Porto Alegre, Sebastião Melo, encaminhando o Veto Parcial ao PLCE nº 006/24.

Apregoamos o Ofício nº 1.949/24, de autoria do Sr. Prefeito Municipal de Porto Alegre, Sebastião Melo, encaminhando o PLCE nº 012/24.

Apregoamos requerimento de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no período de 30 de junho a 1º de julho de 2024.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0069/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 032/23, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que estabelece a possibilidade de utilização do sinal luminoso amarelo intermitente no período noturno nos semáforos que especifica. **(SEI 037.00017/2023-35)**

Parecer Conjunto:

- da CCJ, CEFOR, CUTHAB e CEDECONDH. Relator-Geral Ver. Cassiá Carpes: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e da Emenda nº 01 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 02, dos Vers. Alvoni Medina (Líder da Bancada do Republicanos) e José Freitas e da Ver^a Mari Pimentel;
- com Emenda nº 01, do Ver. Cassiá Carpes;
- adiada a discussão por duas Sessões em 19-06-24;
- incluído na Ordem do Dia em 05-06-23.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Em discussão o [PLL nº 032/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 032/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 032/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a manifestação contrária do Ver. Jessé Sangalli.

Em votação o PLL nº 032/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, por unanimidade.

Vereadora Biga Pereira (PCdoB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 002/23 da priorização.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Biga Pereira. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1043/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 614/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que altera o inc. VIII do § 1º e inclui §§ 9º e 10 no art. 2º e o art. 101 na Lei nº 11.582, de 21 de fevereiro de 2014 – que institui o serviço público de transporte individual por táxi no Município de Porto Alegre –, reduzindo de 50h (cinquenta horas) para 28h (vinte e oito horas) a carga horária exigida no Curso de Formação Profissional, dispensando a realização desse Curso no caso de migração de permissionário para autorizatário, exigindo novo Curso de Formação Profissional para o profissional afastado por mais de 5 (cinco) anos e permitindo aos autorizatários o cadastro

como condutores auxiliares em prefixo de cônjuge, ascendente, descendente ou colateral.
(SEI 024.00227/2023-36)

Parecer:

- da CCJ. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Claudio Janta;
- adiada a discussão por uma Sessão em 24-06-24;
- incluído na Ordem do Dia em 10-06-24 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Em discussão o [PLL nº 614/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. (Pausa.) Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 614/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, por unanimidade.

Em votação o PLL nº 614/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, por unanimidade.

Vereador Claudio Janta (SOLIDARIEDADE): Sr. Presidente, queria agradecer, em nome dos trabalhadores do táxi, a todos os membros desta Casa que apoiaram esse projeto por unanimidade, para levantar esse microfone aqui.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0294/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 144/23, de autoria do Ver. Jonas Reis, que institui a Política Municipal de Proteção, Conservação, Recuperação, Monitoramento e Cadastramento de Nascentes e cria o Programa Nascente Comunitária. (SEI 210.00300/2023-45)

Pareceres:

- da CCJ. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01; e pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da Emenda nº 02 (empatado);
- da CEFOR. Relator Ver. Tiago Albrecht: pela rejeição do Projeto e das Emendas nos 01 e 02;
- da CUTHAB. Relator Ver. Marcelo Sgarbossa: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01; Relatora Ver^a Karen Santos: pela aprovação da Emenda nº 02;

- da COSMAM. Relatora Ver^a Lourdes Sprenger: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01; Relator Ver. Aldacir Oliboni: pela aprovação da Emenda nº 02.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Jonas Reis;
- retirada a Emenda nº 02;
- adiada a discussão por uma Sessão em 19-06-24;
- adiada a discussão por duas Sessões em 24-06-24;
- incluído na Ordem do Dia em 10-04-24.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Em discussão o [PLL nº 144/23](#).

Vereador Airo Ferronato (PSB): Ver. Adeli, existem emendas? Quem são os autores?

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Já foi explicado que os vereadores apenas votam quando estão no modo remoto. Portanto, a palavra é do Ver. Jonas Reis.

Vereador Airo Ferronato (PSB): Ver. Adeli...

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Vereador, o senhor não pode se manifestar, pois está remoto.

Vereador Airo Ferronato (PSB): Eu não vou me manifestar. Só estou pedindo quem são os autores das emendas.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Quais emendas?

Vereador Airo Ferronato (PSB): As emendas apresentadas, quem são os autores?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das emendas ao projeto.)

Vereador Airo Ferronato (PSB): Para mim, interessa quem são os autores.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Já foi colocado que é o Ver. Jonas Reis. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a matéria, como autor.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, eu tenho a felicidade de trazer a este plenário projeto que passou pelas comissões. Quero agradecer aos vereadores que fizeram a leitura atenta do projeto e que

têm essa consciência ambiental, essa necessidade de reconhecer e catalogar as nascentes da capital. Esta é uma cidade com diversos morros, com muita área verde, e nós temos 18 arroios. Não sabemos, muitos de nós, mas trago aqui esta informação: Porto Alegre tem 18 arroios e várias nascentes que compõem esses arroios. Trocando em um linguajar mais popular, são os nossos pequenos rios, pequenos córregos da cidade. A nossa ideia é criar o programa de nascente comunitária, em que as comunidades possam abraçá-las e que a gente, ao longo dos anos, possa também recuperar nascentes. Nós vivemos um tempo histórico de dificuldades pesadas quanto à crise climática, porque não há o debate, não há o cuidado, e há a voracidade humana dessa coisa muito mais mercadológica do que realmente de relação simbiótica com a natureza. Nós precisamos superar esse momento, e é pra isso que o nosso projeto serve: como o gesto da cidade, da Câmara de Vereadores, atenta a tudo que aconteceu, que toda orla do Guaíba foi alagada, que infelizmente nosso 4º Distrito, Centro Histórico e aqui, esta Casa ficou alagada, perdemos muito. Nós precisamos fazer movimentações no sentido de essa cidade dialogar mais com seu passado e com o seu futuro. Por isso, daqui para a frente a ideia é catalogar as nascentes, preservá-las, construindo um novo senso comum de relação humana com o meio ambiente de forma saudável e não apenas predatória. Até aqui nós fizemos muita coisa sem pensar, e não vamos apontar culpados, responsáveis, queremos é verdadeiramente compreender que a água é um bem fundamental à vida, nossa humanidade se constituiu ocupando principalmente as zonas dos rios e aí estabelecendo o sedentarismo, a agricultura, a relação com a produção de alimentos em larga escala, a ocupação urbana, e estamos aqui no século XXI, que a gente precisa restabelecer uma outra relação, uma relação de respeito e não só de usufruto da água da capital. Se hoje nós podemos pegar água no Guaíba e tratar, não é o mesmo que acontece com quem mora ao lado do rio Gravataí, que está extremamente poluído; poluído também porque não cuidam das suas nascentes. É preciso fazer diferente, por isso eu quero convidar todos os colegas a votarem favorável a este projeto, que busca fazer uma manutenção, com qualidade, desse bem fundamental à nossa vida. Se nós cuidássemos melhor da nossa água, lá em cima, a represa que fica entre Viamão e Lomba do Pinheiro poderia estar sendo utilizada para captar a água e tratar. Mas ela foi abandonada, porque a água ficou de péssima qualidade por colocarem muito esgoto lá nas nascentes, muito esgoto naquela região da barragem. Hoje ela tem um custo alto para ser tratada, por isso que a gente não tem água na Lomba do Pinheiro muitas vezes, porque a água vem lá da estação de tratamento do Belém. E lá, com essa estação, a gente tem que gastar energia elétrica para levar, com bombas e motores, água até as zonas mais altas, inclusive o Morro da Cruz. Por isso que a gente precisa pensar com carinho sobre as nascentes, sobre as nossas fontes de água dos morros. Muitos não sabem, mas, lá no morro Santana, nós temos até cachoeira, e é para isso que a gente quer esse projeto, para que a gente apoie o meio ambiente, porque, sem ele, a nossa sobrevivência fica ameaçada. Então, peço o voto dos colegas, assim como já obtivemos nas comissões os apoios e os pareceres. Obrigado.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 144/23.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Para ganhar um tempo, eu iria para a tribuna, mas só para ajudar o Ver. Jonas. Essa política já existe, já existe no Município, de produção. Inclusive, o Ver. Moisés tem uma frente parlamentar sobre isso, e eu acho que é muito bom se o Arroio Taquara pudesse abastecer toda a Lomba do Pinheiro. Nós temos que defender essas fontes sem dúvida nenhuma, mas já existem leis e já existem iniciativas em Porto Alegre nesse sentido.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Obrigado, vereador. Mais algum vereador que queira discutir? Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitado pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 01 ao PLL nº 144/23. (Pausa.)

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito adiamento da discussão do PLL nº 577/23 por uma sessão.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): (Após o fechamento do painel eletrônico.) Quinze vereadores presentes. Não há quórum. (15h43min) Encerrada a Ordem do Dia. Passamos às

COMUNICAÇÕES

Vereador José Freitas (REPUBLICANOS): Sr. Presidente, a Ver.^a Comandante Nádia está de licença hoje, eu estarei na semana que vem. Ela perguntou se é possível eu falar no lugar dela hoje, e ela fala no meu lugar quarta-feira. É possível?

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Sim, é possível. Ela passa o tempo para V. Excelência. O Ver. José Freitas está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.^a Comandante Nádia.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Eu solicito, junto com a liderança do governo, que a gente chame uma extraordinária, pois não se pode nem votar, Adeli. Tu não entendeste que não se deu tempo? Tu não chamaste, sinto muito.

PRESIDENTE ADELI SELL (PT): Eu vou passar a presidência dos trabalhos para o Presidente Mauro, mas eu posso garantir que, em 1min43s, eu fiz o chamado e encerramento. Mas a palavra está com o Presidente da Casa Mauro Pinheiro. Desculpe, Ver. Mauro Pinheiro.

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. Adeli está correto, a decisão está tomada, mas, se for vontade, nós podemos reunir os líderes aqui e podemos... (Pausa.) Período de Comunicações, o Ver. José Freitas tem o tempo de cinco minutos.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Presidente, para ficar registrado, eu estou falando no lugar da Comandante Nádia, e ela, na semana que vem, falará no meu lugar, se for possível.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): O Ver. José Freitas está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.^a Comandante Nádia.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REPUBLICANOS): Colegas vereadores, público que nos assiste, eu quero aqui parabenizar a Igreja Universal. Ver. Alvoni, amanhã, a Igreja Universal que nós pertencemos estará completando 47 anos. E eu – acho que o Ver. Alvoni também – faço parte há 35 anos da Igreja Universal, onde eu conheci o trabalho deles, fui acolhido, muito bem acolhido. E quero ressaltar aqui o trabalho que ela tem realizado nesse período de tragédia. Então, amanhã, terça-feira, dia 9 de julho, uma data muito especial, a Igreja Universal estará completando 47 anos – foi fundada em 1977. E quero falar aqui sobre o trabalho que tem feito não só com jovens, como idosos também, recuperando famílias totalmente destruídas, jovens destruídos e acolhendo essa juventude. Na enchente, eu trago aqui alguns números do trabalho que mais de 26 mil voluntários fizeram em todo o Estado: distribuição de 488 toneladas de alimentos, mais de 1 milhão de garrafas de água mineral, 61 mil cobertores, 31 mil cestas básicas, 18 mil *kits* de higiene e mais de 200 mil peças de roupas, além de marmitas, lanches e calçados. Essa ajuda, somando-se a todos os outros voluntários do País, foi crucial para ajudar muitas famílias, e a Igreja Universal continua fazendo esse trabalho diariamente em todo o Estado, acolhendo essas pessoas que foram tão atingidas pelas enchentes. Eu trago um abraço a todos os pastores da Igreja Universal, do que nós fazemos parte, são mais de 10 mil em todo o País, trago um abraço aos voluntários, aos milhares e milhares que temos em todo o País, aos obreiros, aos pastores, aos bispos, aos membros, a todos os que fazem parte da Igreja Universal, completando amanhã 47 anos. Que Deus continue nos abençoando sempre. Obrigado.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Para os vereadores que estão *online*, nós estamos discutindo aqui com o plenário a possibilidade de chamarmos uma sessão extraordinária, para continuarmos votando os projetos.

O Ver. Alvoni Medina está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REPUBLICANOS): Boa tarde a todos os nobres vereadores e vereadoras, nosso Presidente Mauro Pinheiro, todo o público que nos assiste através da TVCâmara e todos os que se encontram no plenário. Quero também aproveitar, juntamente com meu colega Ver. José Freitas, para falar da nossa instituição.

Nós estamos amanhã comemorando 47 ano de existência. A Igreja Universal tem sido um braço muito forte na sociedade através do trabalho evangelístico, através do trabalho social, com o que nós temos ajudado milhares de famílias. Quero também dizer que, quando chegamos à Igreja Universal em 1987, vamos fazer 37 anos de igreja, de existência, porque, no momento em que chegamos até essa casa, onde fomos acolhidos, fomos bem recebidos, onde encontramos ali o alento, a palavra, o apoio, onde nossas vidas começaram a ser transformadas e abençoadas. Quero dizer que o trabalho que o nosso líder, o bispo Edir Macedo começou lá no Brooklin, lá no Méier, no Coreto do Méier, começou ali o trabalho evangelístico, trabalhando, em 1977, começou um trabalho ali com poucas pessoas, levando a palavra de Deus, acolhendo os aflitos, os necessitados, aquelas pessoas que chegavam até ele ali desesperadas. Então ele levou e levava a palavra de orientação, de libertação, de cura e de transformação de vida. É isso que a Igreja Universal nesses 47 anos, espalhada em quase 200 países, tem feito, um trabalho gigantesco e, nessa calamidade aqui no Estado, ela apoiou centenas e milhares de famílias em todos os âmbitos, onde mais as pessoas precisavam. Então levou ali a palavra, levou o alimento, levou ali o rancho, levou a roupa, levou o cobertor, levou ali o colchão, levou acima de tudo a esperança para aquelas pessoas que haviam perdido os seus bens, perdido as suas histórias, infelizmente pessoas que nem a casa ficou, apenas o terreno e pessoas que perderam também a vida. Mas através do trabalho que a igreja tem feito no Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre, a gente tem conseguido atingir milhares de pessoas. Eu quero agradecer aos nobres vereadores e vereadoras que reconhecem o trabalho que a Igreja Universal tem prestado à nossa sociedade, à nossa comunidade, ao nosso Estado e também aqui, à cidade de Porto Alegre, que tem acolhido milhares de pessoas que chegam até as nossas instituições desesperadas, pensando em tirar a própria vida. Famílias completamente desestruturadas, destruídas, casamentos destruídos, pessoas viciadas, drogadas que têm encontrado ali uma saída, uma solução para aqueles problemas que têm afetado suas vidas, suas casas, suas famílias e, quando elas chegam até a instituição, até a igreja, entram pelas portas da igreja, elas são atendidas e são acolhidas independentemente de qual seja a religião que essa pessoa professa, mas ela é atendida e acolhida. E quando ela sai, ela sai com a certeza que a vida dela não será mais a mesma, que os seus sonhos se tornarão realidade; que aquilo que ela tanto quer para sua vida, ela encontrou ali um apoio dos pastores, dos obreiros, dos colaboradores, daqueles que fazem parte dessa instituição, que tem acolhido, no Brasil e no mundo inteiro, famílias desesperadas. Então, eu quero agradecer ao trabalho do bispo Edir Macedo e de todos os pastores, bispos, obreiros e membros da Igreja Universal espalhada por todo o Brasil e também por mais de cento e poucos países, onde nós temos chegado com a palavra do nosso Deus. Então, que Deus abençoe a vida dos Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, e a todos que nos assistem, que Deus dê vida longa aos senhores, juntamente com as suas famílias, dando aos seus familiares saúde, prosperidade e uma casa abençoada, muito obrigado. E Ver.^a Cláudia Araújo, que Deus te abençoe cada vez mais, um dia eu te espero ali na Av. Júlio de Castilhos, 607, numa reunião especial, às 9h30min da manhã, levando ali uma palavra. Que Deus os abençoe, um abraço.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações. (Pausa.)

Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0459/24 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 225/24, de autoria da Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, que denomina Rua Teresinha Juraci Quintana o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Quatro – VI. São Carlos. **(SEI 215.00052/2024-19)**

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0641/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 256/21, de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo, que assegura às pessoas em união estável homoafetiva e aos seus dependentes diretos o direito à participação nas políticas públicas executadas pelo Município de Porto Alegre, direta ou indiretamente, com a cooperação de entes públicos ou privados, que visem assegurar direitos fundamentais e de cidadania. **(SEI 234.00004/2021-69)**

PROC. Nº 1034/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 610/23, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que denomina Passeio Dona Cecília Flores da Silva o passeio localizado na Praça Ivo Correia Meyer, localizada no Bairro São Sebastião. **(SEI 020.00127/2023-11)** Observação: com Emenda nº 01, dos Vers. José Freitas e Alvoni Medina.

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (PP): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h56min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *